

PROIBIÇÃO DA EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS AO PORTADOR

[Lei n.º 15/2017 - DR n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro e o Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

[Portaria n.º 150/2017 - DR n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Portaria que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado.

REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS

[Decreto-Lei n.º 46/2017 - DR n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.

ALTERAÇÃO À LEI-QUADRO DAS ENTIDADES REGULADORAS

[Lei n.º 12/2017 - DR n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Primeira alteração à lei-quadro das entidades reguladoras e à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que a aprova.

RESPONSABILIDADE PENAL NA ACTIVIDADE DESPORTIVA

[Lei n.º 13/2017 - DR n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Segunda alteração ao regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva e primeira alteração aos regimes jurídicos dos jogos e apostas online e da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial.

REGIME JURÍDICO DO ESTATUTO DA EMPRESA PROMOTORA DA LÍNGUA PORTUGUESA

[Decreto Regulamentar n.º 3/2017 - DR n.º 83/2017, Série I de 2017-04-28](#)

Aprova o regime jurídico do estatuto da empresa promotora da língua portuguesa

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO ACESSO DOS UTENTES AO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

[Portaria n.º 147/2017 – DR n.º 82/2017, Série I de 2017-04-27](#)

Regula o Sistema Integrado de Gestão do Acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde (SIGA SNS).

INSTRUMENTOS DE MEDIAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 45/2017 – DR n.º 82/2017, Série I de 2017-04-27](#)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço dos instrumentos de medição, transpondo a Diretiva n.º 2014/32/UE, e a Diretiva Delegada (UE) n.º 2015/13.

PRAZO PARA EXTINÇÃO DAS TARIFAS TRANSITÓRIAS APLICÁVEIS AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

[Portaria n.º 144/2017 – DR n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Alteração à Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, que aprova o prolongamento do prazo para extinção das tarifas transitórias aplicáveis ao fornecimento de gás natural, estendendo o atual prazo de extinção até 31 de dezembro de 2020.

INSTRUMENTOS DE PESAGEM NÃO AUTOMÁTICOS

[Decreto-Lei n.º 43/2017 – DR n.º 76/2017, Série I de 2017-04-18](#)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço de instrumentos de pesagem não automáticos, transpondo a Diretiva n.º 2014/31/EU.

OBRIGATORIEDADE DE OPÇÃO VEGETARIANA NAS EMENTAS

[Lei n.º 11/2017 – DR n.º 75/2017, Série I de 2017-04-17](#)

Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos.

MERCADO DE ARTIGOS DE PIROTECNIA

[Portaria n.º 139/2017 – DR n.º 75/2017, Série I de 2017-04-17](#)

Estabelece as regras a que deve obedecer a disponibilização no mercado de artigos de pirotecnia das categorias F2, F3, T1 e P1, visando a sua utilização por consumidores.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO 2017

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A – DR n.º 74/2017, Série I de 2017-04-13](#)

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2017

VALOR DA RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2017/M – DR n.º 74/2017, Série I de 2017-04-13](#)

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

[Portaria n.º 137/2017 – DR n.º 73/2017, Série I de 2017-04-12](#)

Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental (TUA).

MEDIDA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

[Portaria n.º 131/2017 – DR n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07](#)

Portaria que regula a criação da medida de Estágios Profissionais, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados.

PROTEÇÃO JURÍDICA A PESSOAS COLETIVAS COM FINS LUCRATIVOS

[Acórdão \(extrato\) n.º 86/2017 – DR n.º 70/2017, Série II de 2017-04-07](#)

Julga inconstitucional a norma do artigo 7.º, n.º 3, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas.

BENEFÍCIOS FISCAIS A PESSOAS COLECTIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA

[Acórdão do STA n.º 2/2017 – DR n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07](#)

A isenção prevista no artigo 44.º, n.º 1, alínea e) do Estatuto dos Benefícios Fiscais apenas respeita aos prédios que estão diretamente afetos aos fins estatutários da pessoa coletiva de utilidade pública, v.g., os necessários à instalação da sua sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários, sendo o seu reconhecimento oficioso nos termos do disposto no artigo 44.º, n.º 4 do mesmo Estatuto dos Benefícios Fiscais. Mantém-se presentemente em vigor a isenção prevista no artigo 1.º, alínea d) da Lei n.º 151/99, que abrange apenas os prédios urbanos que pertençam às pessoas coletivas de utilidade pública e que se encontrem destinados à realização dos fins estatutários, sendo que esta isenção carece de reconhecimento por parte do órgão competente, dependente de pedido expressamente formulado nesse sentido pela interessada.

SEMENTES DE ESPÉCIES AGRÍCOLAS E DE ESPÉCIES HORTÍCOLAS

[Decreto-Lei n.º 42/2017 – DR n.º 69/2017, Série I de 2017-04-06](#)

Regula a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução (UE) n.os 2015/1168, 2015/1955, 2016/11 e 2016/317.

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

[Portaria n.º 128/2017 – DR n.º 68/2017, Série I de 2017-04-05](#)

Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP.

JULGADO DE PAZ DO OESTE

[Decreto-Lei n.º 41/2017 – DR n.º 68/2017, Série I de 2017-04-05](#)

Procede à criação do Julgado de Paz do Oeste.